



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ACTA N.º. 6/2009**

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro de dois mil e nove, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vidigueira, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vidigueira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Período de Antes da Ordem do Dia.
- Ordem do Dia:
- Ponto 1 - Actividade Municipal.
- Ponto 2 - Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (GOPS) 2010/2013 e Orçamento para 2010.
- Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de alteração ao quadro de pessoal de 2009 para criação de 8 lugares de Sapadores Florestais.
- Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de Mapa de Pessoal para 2010 – artigo 5.º LVCR.
- Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre os imóveis respeitantes ao ano de 2009 a liquidar em 2010.
- Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Loteamento na Rua do Selminho em Selmes.
- Ponto 7 - Eleição dos membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo – CIMBAL.
- Ponto 8 – Ratificação do nome de Associação de Municípios de fins específicos para a gestão da água.
- Ponto 9 – Nomeação de 4 membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.
- Ponto 10 – Apreciação e votação das minutas das deliberações.



## MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### **Presenças.**

Estiveram presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia, conforme lista de presenças anexa a esta acta e que dela faz parte integrante:

José Mâncio Rosa Soeiro (CDU), Filipe José Guerreiro Palma (PS), João Carlos da Palma Goes (CDU), Maria Manuel Cardo Ramalho Gantes (CDU), Maria Teresa de Goes Soares Ramalho (PS), António Manuel Bacalhau Galvão (CDU), Manuel Francisco Cardoso Lula (PS), Mariana Júlia Veredas Teles (CDU), Joaquim Miguel Delgado Godinho (CDU), José António Batuca Pereira (PS), Ana Patrícia Aleixo Delgado (CDU), António Barradas Carapinha (PPD/PSD), Maria José Matos Pereira Vieira (PS), David José Paixão Martins (CDU) Felizarda Cristina Pitadas Borracha (CDU), Maria Peregrina Canhoto Paixão (CDU) - Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão do Alentejo, Carlos Jorge Bastos Franganito (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Vidigueira e Luís José Roque Amado (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Frades.

### **Faltas.**

Faltou o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Selmes por motivos de saúde.

Também não esteve presente o Senhor Vereador António Francisco Cano Mendes Pinto.

### **Constituição da Mesa.**

Estiveram presentes todos os membros da Mesa:

Presidente: José Mâncio Rosa Soeiro.

Secretários: António Manuel Bacalhau Galvão (1º.Secretário) e Mariana Júlia Veredas Teles (2º.Secretário).

### **Abertura da Sessão.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão, pelas vinte horas e trinta cinco minutos.

Procedeu-se à distribuição de um novo edital com a introdução de mais dois assuntos na ordem de trabalhos: “Ponto 8 – Ratificação do nome de Associação de Municípios de fins específicos para a gestão da água” e “Ponto 9 – Nomeação de 4 membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.”



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que numa das últimas Assembleias Municipais do anterior mandato o assunto no ponto 8 tinha sido avaliado. Que tinha sido votado por, unanimidade, a adesão do Município de Vidigueira para integrar aquela Associação de fins específicos, que poderia vir a adoptar uma das seguintes designações:

- ASA – Alentejo – Associação de Municípios para a Água e Saneamento do Alentejo;
- AMGAL – Associação de Municípios para a gestão da Água no Alentejo;
- AMSA – Associação de Municípios de Sistema de Agua do Alentejo.

Aconteceu que nenhum desses nomes foi aceite no registo de pessoas colectivas, pelo que na presente Sessão há que ratificar o assunto.

Relativamente ao ponto 9 o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que, segundo a legislação, a Assembleia Municipal terá de nomear 4 Membros para fazer parte da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.

### **Ordem de trabalhos.**

Não havendo qualquer objecção à alteração da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a à votação, sendo esta aprovada, por unanimidade.

### **Período de antes da ordem do dia.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

Informou que houve uma reunião preparatória com os representantes de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal e que a considera de extrema importância, para se poder trabalhar com alguma harmonia e equilíbrio, contudo se não for esse o entendimento dos Senhores Deputados, poderão apresentar as suas sugestões.

Referiu que, já no mandato anterior a distribuição de toda a documentação da Assembleia era feita em CD, procedimento que se manteria se todos os Senhores Deputados estivessem de acordo.

Referiu que, na reunião preparatória tinha sido distribuído a cada uma das forças políticas, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **Acta da Sessão Ordinária de vinte e sete de Outubro de dois mil e nove.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, a acta número cinco de vinte e sete de Outubro de dois mil e nove.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma e apontou um erro na pag.2, com a troca de nomes respeitante à eleição do primeiro Secretário e na pag.4 onde se lê protestos deve-se ler **“protesto”**.

Consideradas estas correcções, as mesmas ficaram corrigidas na própria acta.

Seguidamente, a acta número cinco de vinte e sete de Outubro de dois mil e nove, foi aprovada por unanimidade, com as devidas correcções.

### **Expediente.**

O Senhor Presidente reportando-se à correspondência recebida na Assembleia, disse que a mesma se encontra à disposição para consulta no Gabinete deste Órgão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta que é a primeira reunião do novo mandato, explicou que o período de antes da ordem do dia, com a duração de uma hora, destina-se à apresentação das Moções, contra Moções, falar da política nacional e local e de tudo o que tiver regulamentado e regimentado. Terminado aquele período, segue-se um outro ponto que é a actividade municipal, onde será discutido os assuntos relacionados com a Câmara Municipal.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Franganito – Presidente da Junta de Freguesia de Vidigueira para manifestar o seu descontentamento com a decisão do Tribunal de Contas que deu parecer desfavorável às obras do IP2 e IP8. Assim como os Presidentes de alguns Municípios o Senhor Governador Civil mostrou também o seu desagrado, perante tal decisão.

O Senhor Deputado Municipal propôs à Mesa que Assembleia Municipal de Vidigueira mostrasse o seu descontentamento com a decisão do Tribunal de Contas.

A construção do Aeroporto de Beja está dependente da rede viária, e sem aquelas obras não se vislumbra o desenvolvimento da região.

O Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse que a política tem de ser feita de transparência, de rigor, e não pode haver dúvidas nas mentes da população, nem do Deputados Municipais, sobre



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

qualquer matéria, daí que a bancada do Partido Socialista iria colocar algumas questões referentes à obra que está construída junto à Ermida de S. Pedro em Vidigueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de imediato interrompeu o Senhor Deputado Municipal para dizer que a obra a que se estava a referir fazia parte da actividade municipal.

O Senhor Deputado Municipal Filipe Palma respondeu que não sabia se a obra teve a ver com o município, ou não.

Iniciou a leitura do documento:

“Os Representantes do PS na Assembleia Municipal vêm requer o se seguintes esclarecimentos relacionados com o edifício conhecido como Sede da Associação de Caçadores, em S. Pedro.

1- Qual foi o custo da obra?

2 – Quem foi o dono da obra?”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu uma vez mais para dizer que o Senhor Deputado não tinha percebido a filosofia do período de antes ordem do dia, porque as questões que estava a colocar tinha a ver com a actividade municipal.

O Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse que tudo dependia da resposta da Câmara, se a obra fosse da sua responsabilidade o Senhor Presidente da Assembleia teria razão, no entanto se fosse da Junta de Freguesia de Vidigueira, não terá e assim já terminaria por ali a sua intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou porquê.

O Senhor Deputado questionou se na actividade municipal também entrava a actividade da Junta de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal impediu o Senhor Deputado Municipal Carlos Franganito - Presidente da Junta de Freguesia de Vidigueira de interromper, dizendo que não iria permitir que houvesse diálogo entre os Deputados Municipais, pois as questões devem ser dirigidas à Mesa da Assembleia Municipal.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Considerou que a segunda questão tem a ver com a actividade municipal, logo o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma deverá colocar a questão no ponto da actividade municipal.

Se o edifício pertencer à Câmara, então o Senhor Presidente da Câmara em altura própria esclarecerá o assunto.

O Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse que não iria contraditar o poder do Senhor Presidente da Assembleia que é o de dirigir a Sessão e acrescentou que ficaria inscrito para o ponto 1 da ordem de trabalhos, (não concordando mas...)

O Presidente da Assembleia disse ao Senhor Deputado Municipal Filipe Palma que tinha o poder para colocar as questões que entendesse de uma forma frontal e clara relativamente à actividade do Município.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Carlos Franganito – Presidente da Junta de Freguesia de Vidigueira e disse que estava preocupado com a não realização das obras do IP2 e IP8, contudo não quer dizer que estava contra o governo. O que tinha ali proposto era que a Assembleia Municipal de Vidigueira fizesse força para que obra fosse feita, fosse por quem fosse. Não entende que seja contra ao governo quando o próprio Governador Civil veio dizer que são obras importantes e concerteza que não está contra o governo. Esclareceu que a sua posição é simplesmente de preocupação em relação ao assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que a questão levantada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Franganito era importante, daí que se deveria ouvir o que o Senhor Presidente da Câmara tinha a dizer. Disse desconhecer o comunicado do Senhor Governador Civil e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse alguns esclarecimentos sobre a matéria.

O Senhor Presidente Câmara começou por dizer que o município da Vidigueira se tinha associado à vontade do Senhor Governador Civil de protestar, em termos públicos sobre aquela matéria. Não contra ninguém, mas mostrar indignação pela obras não avançarem, ou avançarem com ilegalidades. Na opinião do Senhor Governador, não se deve repetir no distrito de Beja, situações que têm estado a ser frequentes a nível nacional, principalmente com algumas adjudicações, que têm levantado dúvidas, principalmente à oposição do governo.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Disse que subscrevia a indignação desta posição do Tribunal de Contas, sem colocar em causa a legitimidade daquele Tribunal, contudo não subscrevia na totalidade, o teor da comunicação do Senhor Governador Civil, porque num dos parágrafos, é pura propaganda a favor do governo, e não é nesses moldes que se tenta ultrapassar esta situação, que pode por em causa toda a coesão territorial do Baixo Alentejo e as obras que são de extrema importância, para que outras obras possam atingir o máximo das suas dinâmicas. Lamentou que a consulta efectuada pelo Partido Socialista se tenha limitado aos dois Deputados do PS, quando o Baixo Alentejo elege três. Logo que surja a oportunidade de se encontrar com o Senhor Governador Civil, perguntará porque razão é que não associou o Deputado da CDU a este protesto. Porque nunca ouviu Deputado da CDU manifestar-se contra a construção do IP8 e IP2. Ouviu sim criticar a forma e o perfil do traçado do IP8 e dele não se prolongar de Beja a Vila Verde de Ficalho permitindo a ligação da auto-estrada que vem de Espanha que está um pouco mais de 15 Kilómetros.

Por isso é que não atacando ninguém, não se deve politizar estas situações que são de máximo interesse para a região e para o concelho de Vidigueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal considera o assunto de extrema importância, a construção do IP2 e IP8, que contribuirá para o desenvolvimento da região Alentejo. Contudo o assunto proposto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidigueira, de manifestar ao poder central, a sua preocupação através da Assembleia Municipal, com o não avanço do IP8, acha que seja um pouco difícil, porque não havendo documento, coloca em dúvida se será assim tão fácil e consensual, a Assembleia Municipal autorizar a Mesa a redigir um documento simples, manifestando o descontentamento em relação a esta questão. Mas se a Assembleia Municipal considerar que a Mesa tem condições para redigir esse documento, então estará disponível para denunciar essa situação, e é extremamente importante que se avance com o IP2 e IP8.

Deixou à consideração dos Senhores Deputados Municipais dizendo que a Mesa da Assembleia Municipal estará disponível, para tentar transmitir a mensagem de forma simples sem ser em forma de comício porque se está a representar a população da Vidigueira.

Não se verificando qualquer manifestação por parte dos Senhores Deputados Municipais sobre esta matéria, o Senhor Presidente da Assembleia disse que o diálogo ficaria por ali, não se avançava com documento, e ficariam entre eles a conversarem, sem haver uma denúncia e o tema estava encerrado.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Franganito.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Disse que achava importante que este assunto fosse transmitido ao Senhor Governador Civil, que esta Assembleia e a população sentem-se prejudicadas, se a construção desta rede viária não for por diante. Lamentou que todo o resto da Assembleia tenha ficado calada e não queria que isto ficasse só por ali.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, o que tinha dito, foi se por parte dos membros da Assembleia houvesse vontade que a Mesa redigisse um documento, a Mesa assumiria a redacção do mesmo.

Interveio o Senhor Deputado Municipal João Carlos Goes e disse que relativamente à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Franganito, a bancada da CDU subscrevia-a e no seu silêncio estava implícito o avançar com a questão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que havia uma proposta da CDU para denunciar a situação sem entrar em grandes politiquices, tentando manifestar as preocupações, porque é uma necessidade para o concelho e para a região.

Portanto, continuando naquela base de trabalho, em conjunto com os representantes de cada grupo político, será redigido o texto.

Interveio o Senhor Deputado Filipe Palma para clarificar a questão, para que não ficasse a pairar a duvida de que os representantes ali do PS não sabiam ou não reconheciam a necessidade do IP2 e IP8, pois há uma vida inteira que a população luta por isso. Disse ter a confiança daquilo que ali for aprovado e que o Senhor Presidente da Assembleia tenha capacidade para entender, o sentido daquilo que foi ali aprovado. Disse dar-lhe essa confiança, para saber redigir o documento, dizendo para a coesão territorial da região e, para o desenvolvimento económico é fundamental essas duas acessibilidades serem construídas e ficou-se preocupado com as notícias que vieram a público com o chumbo à concessão do Tribunal de Contas. Portanto pode contar com o voto da bancada do PS.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu o voto de confiança dado pelo Senhor Deputado Municipal Filipe Palma.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o documento “Dar poderes à Mesa da Assembleia Municipal para redigir um texto, manifestando a sua preocupação em relação à situação do IP2 e IP8”.

**Não havendo qualquer objecção, foi aprovado, por unanimidade, dar poderes à Mesa da Assembleia para redigir um texto, manifestando a sua preocupação em relação à situação do IP2 e IP8.**

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

### **ORDEM DO DIA**

#### **Ponto 1 - ACTIVIDADE MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Filipe Palma.

Iniciou a sua intervenção lendo o documento em nome de todos os representantes do Partido Socialista.

Os representantes do PS na Assembleia Municipal vêm requer o se seguintes esclarecimentos relacionados com o edifício conhecido como Sede da Associação de Caçadores, em S. Pedro.

- 1- Qual foi o custo da obra?
- 2 – Quem foi o dono da obra?
- 3 – Caso tenha sido a Junta de Freguesia de Vidigueira, como se financiou?
- 4 – Que obras ou apoios (urgentes, necessários, sociais, etc.) ficaram para trás para fazer a referida?
- 5 – Foram cumpridos todos os mecanismos relacionados com as regras da contratação pública?
- 6 – Sendo a ermida de S. Pedro referida em PDM, como património protegido, estamos ou não perante uma violação do PDM em vigor?
- 7- Qual é o suporte, legal e ético, para a entrega à referida Associação, de obra tão valiosa?
- 8 – Sendo a obra executada pela Administração Pública (Junta de Freguesia ou Câmara Municipal) onde está o sistema de tratamento de efluentes? ou estamos perante um crime ambiental, promovido pela própria administração?.”



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Terminada a leitura do documento o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma deixou ali transmitido que se queriam respostas claras e comprovadas, porque são questões muito precisas e concretas e que a bem da transparência, não podiam ficar sem uma resposta também muito clara e muito precisa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Amado - Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Frades e informou que no próximo dia 4 reabria, pela terceira vez, o Museu da Casa do Arco em Vila de Frades. E, que era um assunto abordado em Assembleias Municipais, que já durava há sete anos. Explicou que tinha sido criado em Vila de Frades, há cerca de 11 anos, protocolado com a Câmara Municipal de Vidigueira e o então IPPAR, o espaço de S. Cucufate, das Ruínas, da Casa do Arco e da Casa dos Almeidas. A Câmara cedeu a Casa dos Almeidas, para aí ser feito o Museu Arqueológico do concelho de Vidigueira, cedeu o espaço de S.Cucufate par ser criado o Centro Interpretativo e foi criado o espaço da Casa do Arco para exposições temporárias do concelho. As obras foram feitas em S. Cucufate, no Centro Interpretativo, na Casa do Arco, tendo sido inaugurada por duas vezes. Inaugurada durante o executivo do PS na Câmara, que contou com a presença do então Ministro Santos Silva. Voltou a ser inaugurado no mandato anterior, pela Senhora Ministra Isabel Pires de Lima, mas o Centro Interpretativo esteve encerrado uma série de vezes, por culpa do governo, nomeadamente, do Partido Socialista, que durante estes anos gastou o dinheiro que é do povo e não soube programar o que vinha do futuro. Referiu que S. Cucufate tinha trazido 12 mil visitantes num só ano. Esse sítio arqueológico tem vindo a registar um número reduzido de visitantes, devido aos consequentes encerramentos. Lamentou o facto de há dois anos, aquando da presença do Senhor Presidente da Republica, nas Ruínas de S. Cucufate, estiveram os Deputados da CDU e do PS. Mas, quando aquele espaço encerrou apenas estiveram presentes, a Junta de Freguesia de Vila de Frades, a Câmara Municipal de Vidigueira, a Assembleia Municipal e o Deputado do PCP. Como não se tratava de uma festa, o Senhor Deputado Pita Ameixa (PS) não esteve presente nos vários encerramentos. Como Presidente e cidadão disse ficar triste ao ver que foram gastos milhares de euros num espaço, que neste momento, está com horário de escritório, com um funcionário do Ministério da Cultura com pouca vontade em receber o público. A Casa dos Almeidas em ruínas, um dia virá abaixo, porque o Ministério da Cultura já disse que não tem dinheiro.

Questionou o compromisso daqueles senhores, nomeadamente do Partido Socialista que ao longo destes anos têm estado no governo.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A Casa do Arco vai reabrir mas não com uma sessão pomposa, como já tinha acontecido por duas vezes com representantes do governo. E, vai reabrir com uma exposição e contará com a presença da Câmara e da Junta de Freguesia de Vila de Frades.

O Senhor Deputado deixou ali expresso o grande interesse por parte do executivo da Câmara à reabertura daquele espaço. Disse que não haverá mais inaugurações que irão trabalhar para que estes espaços tragam mais gente ao concelho de Vidigueira. Mas terão que estar abertos não com horário de escritório. Deixou a sua palavra de apreço ao executivo da Câmara, por terem tido a coragem que o Ministério da Cultura e o IGESPAR não tiveram até ao momento. Pois será a Câmara e a Junta de Freguesia a disponibilizarem os recursos humanos, que é uma obrigação do Ministério da Cultura. Disse que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia não se estavam a substituir a ninguém, mas o que se pretende é que os equipamentos estejam abertos, porque se quer visitantes no concelho e se querendo apostar na cultura, lema do PS para o actual mandato, as autarquias locais da Vidigueira, estão a dar o exemplo, e espera que este exemplo seja seguido, pelo Ministério da Cultura, pelo IGESPAR e pela Direcção da Cultura.

Finalizou a sua intervenção, agradecendo à Câmara Municipal de Vidigueira, todo o apoio que tem dado nesta matéria.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e, reportando-se à questão levantada pelo Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse lamentar o desconhecimento da bancada do PS sobre a matéria, porque a obra tinha sido feita há já a algum tempo e o financiamento foi devidamente aprovado, no mandato anterior. Por isso bastavam ter conversado com os Deputados que estiveram no mandato anterior, para terem a resposta há quantidade de perguntas que ali tinham acabado de colocar. Quanto às perguntas que foram colocadas, discorda da sua numeração. Porque a primeira pergunta provavelmente deveria ser a segunda e a segunda deveria ser a primeira, assim evitava de responder a uma série delas. Como a segunda pergunta “quem é o dono da obra”? e o dono da obra não é a Câmara Municipal e evitaria de lhe responder à segunda pergunta, se ela fosse quanto custou a obra, porque sendo da Junta de Freguesia, naturalmente que não é da competência da Câmara, saber quanto custou a obra. Informou que à Câmara aquela obra tinha custado 75 mil euros. Quanto tinha custado na totalidade, terá de ser perguntado à Junta de Freguesia de Vidigueira, porque a Câmara limitou-se a aprovar um subsídio e uma transferência para àquela Junta nesse montante. Como é que a Junta se tinha financiado, terá de ser a Junta de Freguesia de Vidigueira a responder a essa questão.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Disse que nenhuma obra tinha ficado para trás, quando se transferiu os 75 mil euros para a Junta de Freguesia de Vidigueira, porque o dinheiro transferido, foi efectivamente aplicado, para aquilo que tinha sido solicitado. Muitas obras tinham ficado para trás, quando foi transferido 30 mil contos, para a Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo e por não ter havido obra e, infelizmente ter havido no mandato anterior, elementos desta Assembleia Municipal que integram actualmente os órgãos sociais dessa Associação, que pactuaram com a ilegalidade de não fazerem a obra e não devolverem o dinheiro à Câmara, para se poder aplicar a bem do povo desta terra.

Relativamente ao património protegido, o Senhor Presidente questionou que património. Está-se a falar de uma possível igreja que existe em S. Pedro, de uma lixeira lá existente, de uma família que é permitida a manter-se naquele lugar, a utilizar e profanar uma igreja, utilizando o espaço para guardar fardos de palha, afinal estava-se a falar do quê.

Mais disse que já tinha sido dado conhecimento ao S. Bispo, e que as entidades religiosas não responderam.

Quando este executivo chegou à Câmara há 4 anos, esta família já lá estava e, não terá sido este executivo a autorizar a continuar a permanecer nas condições degradantes em que lá vivem. Quem naturalmente autorizou estas pessoas a lá permanecerem é quem detém actualmente no concelho, os meios para poder fazer-la entrar no sistema social, onde pode ter todo o tipo de protecção, que será num lar, que normalmente está sempre todo ocupado.

Quanto à violação do PDM, o Senhor Presidente disse que aquela zona toda é uma zona silvo pastoril, que está fora da pseudo área de protecção dessa igreja. O projecto tinha como finalidade a requalificação de toda aquela zona e há que reconhecer que a mesma está hoje muito melhor do que estava há 4 anos, quando lá existia a lixeira e aquela família desprotegida.

Tanto que não houve violação do PDM que a sensivelmente 40 ou 60 metros, já se encontrava uma casa de habitação devidamente licenciada que seguiu todos os transmisses legais, para que lá possa estar instalada.

Quanto ao sistema de tratamento de efluentes, normalmente onde não existe rede de tratamento de águas residuais, as alternativas são as fossas sépticas. Perfeitamente aceitáveis, por parte da Comunidade Europeia.

Quanto a todas estas questões técnicas, em devida altura, quando a Câmara tiver de emitir a licença de utilização para o edifício, a fiscalização actuará e fará cumprir tudo aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara face ao projecto apresentado pela Junta de Freguesia Vidigueira.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a todos ali presentes (executivo Camarário e Assembleia Municipal) que fosse criada uma regra, para que quanto se dirigissem que o fizessem directamente à mesa da Assembleia Municipal.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António Batuca e disse que em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara quando se referia à obra em S. Pedro, tinha respondido ao Deputado Municipal Filipe Palma que perguntasse ao Deputados Municipais porque tinha sido votado em Assembleia Municipal a transferência da verba. E, sendo a pergunta do Deputado Filipe Palma qual o valor do custo total da obra, e tendo como resposta do Senhor Presidente da Câmara se a obra é da Junta de Freguesia de Vidigueira, ela é que terá de dar resposta. Logo, concluiu o Senhor Deputado Municipal, que os Deputados da Assembleia Municipal não poderiam responder à pergunta que tinha sido feita, porque não poderiam ter votado um assunto que não veio à Assembleia Municipal.

Interveio o Senhor Deputado Filipe Palma e disse que iria colocar duas questões: a primeira tinha a ver ainda com o assunto da obra em S. Pedro e que por si ficará encerrado.

Pedi ao Senhor Presidente de Câmara para não jogar com as palavras e também para não trazer para Assembleia Municipal assuntos que não tem de trazer.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio chamando uma vez mais à atenção dos Senhores que deverão se dirigir à Mesa da Assembleia para responderem às questões.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma e disse que, com todo o respeito, mas com as constantes interrupções, piorava o funcionamento da Sessão.

O Senhor Deputado Filipe Palma continuou a sua intervenção dizendo que se a obra não é da Câmara, mas houve um subsídio, e não querendo que a Junta de Freguesia vá perder ali o seu tempo, far-se-á chegar por escrito as perguntas que se ache depois desta Assembleia, pertinentes para um cabal esclarecimento desta matéria para que não reste nenhuma dúvida sobre o assunto.

Considerou desnecessário a questão levantada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo, dado que não tinha nada a ver, e que não lhe tinha ficado bem.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Sobre a lixeira que está em S. Pedro, questionou se não é da competência da Câmara a limpeza da mesma.

Sobre a fossa séptica disse que não a tinha visto quando lá esteve. Mas será explicado se estiver lá a fossa séptica.

Seguidamente, disse que iria colocar a outra questão.

Mas foi interpelado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicitou a todos ali presentes que dirigissem as questões à Mesa da Assembleia Municipal, para se poder articular as coisas, não querendo conversas com o Senhor Deputado e o Presidente da Câmara.

O Senhor Deputado Filipe Palma retomou a palavra e disse que iria colocar a segunda questão, que tinha a ver com a transparência e rigor já ali anteriormente falado. Não estava em causa, nenhum posicionamento ou dúvida sobre a legalidade formal daquilo que irá questionar. E, reportando-se ao documento que contem uma resolução que tinha sido transmitida sobre a admissão de um adjunto ao Senhor Presidente e de um adjunto ou secretário da Senhora Vereadora, disse que o que era de bom tom, em termos de transparência era a exemplo do que se faz, quando se formam os gabinetes dos membros do governo. Em reunião de Câmara, o Senhor Presidente devia ter dito que com base na lei, que precisava de um adjunto com determinadas características e com um determinado perfil, e que deveria informar da quantia que iria auferir no final do mês. E, no caso da Senhora Vereadora exactamente ter o mesmo procedimento, só assim faz com que não haja dúvidas, que a transparência seja uma regra imbatível. Mais disse o Senhor Deputado que não é seu desejo que na Assembleia Municipal e na Vidigueira haja qualquer tipo de suspeição de falta de transparência, de amiguismo, de pagamento de favores políticos, porque se for porque a lei o permite, nada disso acontecerá.

Interveio a Senhora Deputada Municipal Maria Manuel e disse que na Assembleia Municipal são colocadas questões ao Município e não à Freguesia, portanto alguma questão, alguma crítica à Junta de Freguesia terá de ser feita na Assembleia de Freguesia. Comícios no palanque deveriam ser acometidos. Como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha deixado avançar, coube-lhe a si como Deputada Municipal perguntar porque é que um assunto da Junta de Freguesia estava a ser levantado numa Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que a Senhora Deputada tinha toda a razão. Mas como era a primeira Assembleia Municipal estava-se a impor algumas regras legais.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Reportando-se à intervenção do Senhor Deputado Filipe Palma disse que dar lições de transparência, de suspeição, de amiguismo, não faz sentido, quando não se tem moral para dar essas lições.

Se há questões a colocar aos Presidentes de Junta de Freguesia, são nos órgãos próprios, nas Assembleias de Freguesia. No entanto permitiu que o Senhor Deputado da Bancada do PS colocasse estas questões, porque são questões gerais e que tinham a ver com a Câmara e com a Junta de Freguesia.

Disse que se deverá respeitar os vários órgãos municipais e freguesia nomeadamente a junta de freguesia.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Carlos Franganito e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia disse que tudo tinha ficado praticamente esclarecido com as intervenções do Senhor Presidente da Câmara e da Deputada Maria Manuel. No entanto pareceria mal como representante da Junta de Freguesia de Vidigueira, não estar ali no palanque. Disse que era grave dado que na anterior Assembleia de Freguesia havia representantes de todos os partidos, e estarem agora ali a serem colocadas perguntas daquele tipo. Ainda por cima estava tudo escrito e entregue no Tribunal de Contas e todos tiveram a noção do que se passou. Quando fizerem a pergunta na Assembleia de Freguesia, o Presidente que lá estiver terá que responder. Esclareceu que a obra feita em S. Pedro é um armazém agrícola, e não é uma obra para os caçadores. Foi o que alguém quis fazer passar, mas há algumas regras próprias e no sítio próprio será explicado o que é que aconteceu.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António Batuca e referindo-se à primeira intervenção do Senhor Deputado Filipe Palma quando tentou trazer o assunto no período de antes da ordem do dia e nisso disse dar razão ao Senhor Presidente da Câmara, pois que a primeira pergunta deveria ter sido quem era o responsável da obra. Uma vez respondido que o responsável da obra era a Junta de Freguesia de Vidigueira, provavelmente as perguntas terminariam por aí e em local próprio se iriam colocar.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada Maria Manuel quando fala em comício, disse que o Senhor Deputado Luís Amado também fez comício, fazendo um elogio à Câmara com a Casa do Arco.

Reportando-se à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia quando a certa altura se dirigiu à bancada do PS e disse “que não deveríamos vir dar lições de moral quando não temos moral para as



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

dar” , disse que não poderia aceitar tal expressão, pois nunca tinha proferido tais termos durante os anos que ali esteve.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que quando se referia a algumas questões, não as direccionava a uma bancada em concreto. Quando se dirige a uma especial refere logo se é bancada do PS, ou bancada da CDU, ou PSD, pois é uma pessoa frontal. Em relação a essa questão, solicitou aos Senhores Deputados que tentassem evitar que seja mais um espectáculo para a Assembleia.

Referiu que tinha sido eleito Presidente da Assembleia Municipal do concelho de Vidigueira. Não é o Presidente nem da CDU, nem do PS nem do PSD, é de todos. E que não é fanático nas suas posições.

Interveio o Senhor Deputado Luís Amado que em legítima defesa disse que tem tantos anos de Assembleia como o Senhor Deputado José António Batuca e comícios nunca o fez. É político e faz política nos sítios certos e no seu entender a Assembleia Municipal é o local certo para fazer política. Vem defender aquilo que tem defendido durante estes oito anos. Dará sempre uma palavra de apreço sempre a quem quer que seja, se foi eleito pelo povo e é Deputado da Assembleia Municipal acha que tem todo o direito de fazer política, no sítio certo que é esta casa.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara e disse que iria abordar dois temas, que foram tratados segundo a sua óptica de forma leviana, com tentativas de insinuação e que esse capote a si não lhe serve. Poderá servir a alguns por este Baixo Alentejo fora, que saltam de Assessores de Câmara para Câmaras, de regiões para regiões, até chegam a ser Assessores de Câmaras falidas.

Questionou a preocupação deste novo PS de esquerda com formas de transferência de capital que foram atribuídas a entidades autárquicas, para determinadas obras que estão executadas e, quando há referência a obras que sempre foram virtuais, (porque quem acompanhou este processo da Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo, sabe que não havia sustentabilidade económica para que este projecto se concretizasse) merece um comentário da bancada do PS “que não ficou bem ao Presidente da Câmara referir-se a esta obra”, ou por outra, a este dinheiro, transferido para uma obra que nunca saiu do papel. Quando falavam também de amiguismo era a isto que se estava a referir, o Senhor Deputado Filipe Palma. O amiguismo de não se levantarem questões para se saber onde é que andava o dinheiro público. De amiguismo de protecção a uma



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

direcção de uma Associação que a única ligação, para esta protecção toda, é que o Presidente desta Associação é o derrotado candidato à Junta de Freguesia de Pedrógão do Alentejo pelo PS. Se é por isto que este executivo tem que estar calado, quanto ao destino de 30 mil contos do município, então se calhar ai começa-se a perceber bem qual é o significado da palavra amiguismo. Mas este executivo nos sítios próprios através das entidades competentes e dos mecanismo que o estado põe à sua disposição, irá atrás deste dinheiro público, nem que seja preciso ir até ao fim do mundo, por muitos tribunais administrativos que inventem e que remetam para lá os processos para estarem anos e anos à espera de uma resolução.

Finalizando a sua intervenção, disse que não é o Presidente da Câmara que joga com as palavras, o perfil dos assessores são escolhidos pelo Presidente da Câmara não são escolhidos pelo executivo Câmara Municipal, é o Presidente da Câmara que tem o poder de nomear os seus assessores e também aqui não há pagamentos de favores políticos porque para se saber qual o valor dos ordenados dos assessores basta consultar a lei.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o ponto n.º.1 da ordem de trabalhos.

### **Ponto 2 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2010/2013 e Orçamento para 2010.**

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao Dr. Caldas, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que teve exames e fez o favor de estar ali presente e a todas as pessoas responsáveis pela divisão financeira da Câmara Municipal. Irá transmitir em termos técnicos a parte funcional das grandes opções do plano e do orçamento. O documento será dividido em duas partes a parte técnica e a parte política.

O Dr. Caldas começou por disse que aqueles documentos são obrigatórios e fundamentais, sem a aprovação destes documentos nem um cêntimo pode ser despendido, nem recebido, se fosse utilizado portanto a regra dos duodécimos utilizar-se-ia os documentos aprovados no ano anterior. Os documentos fundamentais obrigatórios são também as opções do plano que têm um período de duração de um quadriénio. Há que estabelecer uma serie de metas, de objectivos fundamentais e a lei obriga a um período de quatro anos. No orçamento há uma série de princípios fundamentais que têm de ser cumpridos, o equilíbrio evidentemente, a receita tem de ser igual à despesa e depois há o



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

equilíbrio corrente as despesas correntes não podem ser superiores às receitas correntes. Realçou o aspecto importante que é as despesas com o pessoal que tem uma serie de constrangimentos. Não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano anterior. Há uma série de regras previsionais que estão previstas e são reguladas pelo decreto do POCAL. Todas estas contas do município são controladas permanentemente, pela direcção geral das autarquias, do orçamento e do tribunal de contas, todos os trimestres são enviadas por via electrónica, são permanentemente verificadas. Seguidamente passou à apresentação dos vários gráficos em POWER POINT. Documentos em anexo.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao Dr. Caldas e em termos técnicos tinha ficado esclarecidos os Senhores Deputados.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos da parte política. Começou por dizer que aquele orçamento será para dar continuidade ao trabalho do anterior mandato, e o grande peso continua a ser a educação, com a criação e a construção da nova EB 1, 2 e 3 Frei António das Chagas de Vidigueira. Explicou que foi um projecto que começou com poucos apoios garantidos, já que era uma obra que tendo sido projectada num único edifício e tinha os três ciclos incorporados. O primeiro ciclo da responsabilidade do município que o candidatou ao QREN e viu a sua pretensão ser aprovada. O regulamento do concurso obrigava num prazo de 6 meses se desse início a obra, mas em determinado momento, estava-se perante um dilema, ou se avançava para a obra na sua totalidade e utilizava-se a capacidade de endividamento da Câmara Municipal esperando que chegassem a bom termo as negociações que estavam a decorrer com a direcção regional de educação para que o estado pudesse financiar o 2 e 3º. Ciclos que são da sua responsabilidade. Iniciou-se a obra sem a garantia de financiamento. Esta garantia deste financiamento chegou há poucos meses. Referiu a presença do Director dos Centros Escolares que ficou admirado com a evolução que esta obra tinha tido e também se prontificou a incluí-la dentro das verbas a disponibilizar pelo ministério da educação para o apoio desta escola e que rondará dois milhões e setecentos mil euros. Disse que o executivo tinha ficado satisfeito porque não terá que aplicar os recursos que a Câmara tem e também não terá que protelar outro tipo de investimentos, que são fundamentais para o concelho e serão executados até 2013. O Município de Vidigueira assim como outros municípios, estão numa corrida aos fundos comunitários, que irá permitir avançar não em 2010, mas provavelmente em 2011 já com novos projectos que estão ao abrigo da



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

contratualização, logo com fundos comunitários garantidos, mas que sempre terá que ter o complemento dos capitais próprios disponibilizados pela Câmara Municipal.

Também o Centro Multifacetado das Novas Tecnologias é outra infra-estrutura que a população aspirava já alguns anos, porque lá dentro ficará instalada a biblioteca municipal e também esta está financiada pelo QREN. As obras estão a decorrer e naturalmente que a sua conclusão teria que estar incluído no orçamento.

A segunda fase do campo relvado está pronta para ser lançado o concurso público para a construção de toda a parte dos balneários e das bancadas, porque já tem a participação do QREN assegurada.

Prossegue-se com a política de apoios aos estudantes, alarga-se o leque das ofertas dos manuais escolares, pretende-se a curto prazo no próximo ano disponibilizar os manuais escolares gratuitos para todos os alunos do concelho até ao 9º. ano de escolaridade. Os apoios da acção social escolar são também já da responsabilidade da Câmara, com a competência dos transportes escolares. Tudo isto envolve verbas que provêm do orçamento. Considera-se importante que a Juventude do concelho esteja melhor preparada para encontrar e ter garantido o melhor futuro. Os apoios ao associativismo irão manter-se, com base nos regulamentos.

Referiu outro projecto importante, onde os seus fundos comunitários estão aprovados através da contratualização, que é fundamental para a região da Vidigueira, que é a construção da estrada que vai ligar Pedrógão – Beja, Selmes - Beja e a Baleizão. É um projecto conjunto de dois municípios Vidigueira e Beja, e espera-se que se mantenha a intenção de construção destas estradas, para que esta população seja beneficiada principalmente, os empresários do ramo agrícola, mas também outro dos sectores de desenvolvimento económico espectacular que é a ligação do Aeroporto à Barragem do Alqueva. E, também para se poder tirar partido da Barragem de Pedrógão através de intenção de investimentos que tem chegado à Câmara Municipal para aquela zona em termos de turismo rural e até mesmo a intenção de construção de uma unidade hoteleira. Mas com a crise que se atravessa, os investidores ponderam seriamente se devem ou não avançar com estes investimentos. Resta a esperança de que esta crise passe rapidamente e que se concretizem estes projectos de forma a garantir uma maior possibilidade de mão-de-obra para o concelho de Vidigueira ter emprego.

A política de apoio aos empresários vai continuar. O orçamento roda à volta destes três pilares e continua-se a dar uma resposta cabal e porque estão a dar frutos os actos de promoção territorial que se fez nos últimos 4 anos e o principal indicador são os empresários externos ao concelho que



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

têm adquirido terrenos e que se têm lançado nos investimentos, tanto agrícolas como especialmente virados para a produção do vinho e apostarem fortemente nas áreas das exportações.

A Câmara fez um esforço em apoiar em termos sociais as IPSS na concretização dos projectos apresentados, tanto a Misericórdia de Vidigueira que vai passar a ser contemplada com o montante global de 225 mil euros, onde os valores anuais irão ser atribuídos e decididos no órgão competente, como a Misericórdia de Vila de Frades. Mas há uma boa notícia é que o esforço financeiro, que tinha sido devidamente ratificado pela Assembleia Municipal, e que a Câmara se dispunha a fazer foi seriamente aliviado porque através do PARES, o projecto do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Frades, foi aprovado com o montante de ser financiado de 1 milhão e 700 mil euros.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que tinha sido uma boa notícia e queria felicitar o Executivo, os Deputados Municipais e a Misericórdia de Vila de Frades, porque com os valores que tinham sido referidos é de uma grande importância para a construção do Lar, que é um bem necessário para o concelho de Vidigueira.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos senhores Deputados Municipais para colocarem questões, técnicas ou políticas em relação ao orçamento e ao plano plurianual.

Interveio o Senhor Deputado João Carlos Goes e disse ter ficado muito surpreendido, por não haver uma reacção imediata do Partido Socialista. Pois considera que é o ponto mais importante da Sessão de Dezembro a aprovação do orçamento e das opções do plano. Mas percebe que Portugal sofre de uma doença de oportunismo enraizada há muitos anos e isto tem vindo desde os primeiros governos do PS, passou pelos governos do CDS/PP e voltou aos governos do PS. E isto do oportunismo enraizado levanta um clima de suspeição que tem altos e baixos e agora está-se num pico imenso com os casos que tem aparecido a público (BPN e Face Oculta etc.). Disse entender tudo isso e a única coisa que tem a fazer é dar um conselho ao Senhor Presidente da Câmara, que escolha os seus Assessores, como pessoas competentes e de preferência que sejam seus amigos, não escolha inimigos seus, e que respeite a lei.

Referiu que tinha lido recentemente no Anuário dos Municípios Portugueses que Alvito e Vidigueira são os Municípios Alentejanos melhor colocados no ranking global. É a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, que apresenta, a partir de uma tabela elaborada com base na ponderação de 10 indicadores, dívidas a terceiros por habitante, liquidez, endividamento líquido por habitante, resultado líquido durante os últimos dois anos por habitante, peso com despesas com pessoal na



## MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesas totais, arrecadação de impostos e taxas por habitantes, diminuição dos passivos financeiros grau de execução da receita nos últimos dois anos, investimentos por habitante nos últimos dois anos e grau do cumprimento do POCAL. Disse ter ficado muito satisfeito e considera que vão pelo bom caminho.

Disse ter feito de alguma forma o trabalho de casa e transmitiu da bancada da CDU a análise feita ao documento apresentado que passou a ler:

### **Análise das GOP para o quadriénio 2010/13 e da proposta de Orçamento para 2010.**

“ Da leitura que fizemos da proposta que contem as grandes opções do plano da C.M.V. para o período plurianual 2010-2013 em conjunto com os esclarecimentos que o Sr. Presidente nos acabou de dar, parece-nos estarem bem definidas quatro grandes linhas de desenvolvimento estratégico para o concelho para o próximo quadriénio. Naturalmente que a sua realização total irá depender das verbas próprias que Câmara possa a vir poder despender, quer das verbas próprias para investimento quer de empréstimos bancários, do que possa vir a ser aceite face à aprovação dos regulamentos do QREN e do tão famigerado PIDDAC o qual, em relação ao nosso concelho e a tantos outros nunca foi para além de um plano de intenções e de um esquema de moeda falsa onde apenas uma pequena fracção nos é dada em relação ao que teríamos pleno direito.

Assim: na educação a grande aposta na finalização da nova Escola Básica e Integrada 2-3 , da biblioteca municipal, continuação na oferta de manuais escolares e da manutenção do programa bolsas de estudo da qual a C.M.V. foi pioneira ao nível nacional.

Na área social: está considerado o reforço da intervenção social pela preocupação generalizada face ao assustador agravamento das dificuldades pecuniárias das famílias com: - Apoio à aquisição de medicamentos; - Apoio a mais e melhor conforto habitacional para famílias carenciadas; - criação de mais estágios profissionais; - apoios quer à Misericórdia de Vila de Frades quer à Misericórdia de Vidigueira, respectivamente para a construção do Lar de Idosos e da creche;

Na vertente económica e da criação de emprego: no reforço do apoio aos empresários e à microempresas no âmbito do programa PRIME com o objectivo de garantir que estes, face à profunda crise, conseguirão, pelo menos cumprir quer as suas obrigações fiscais e sociais quer a manutenção dos postos de trabalho que os seus negócios potenciaram;

Na área cultural e no turismo: para além de se continuar a divulgar o concelho está prevista, como deve ser, a valorização do nosso território, a promoção e o investimento turístico em todas as suas vertentes e na catalisação de todas as potencialidades existentes no concelho. A aposta na divulgação



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

dos nossos vinhos, azeites, pão, etc., iniciada há quatro anos atrás, começa já a dar os seus frutos através da manifestação de interesse iniciada por alguns empresários externos ao concelho.

Por tudo o que atrás foi dito, somos, bancada da CDU, de parecer favorável à aprovação das GOP 2010-13 e do orçamento para 2010 aqui apresentados.”

Interveio o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma e pediu que a exemplo do que se tinha acabado de assistir não o interrompesse e como viu também haver interlocução directa com o Presidente da Câmara, entende por isso que também estava liberto para o fazer, não terá que ser através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A pouco e pouco estão todos a aprender sem pôr em causa a direcção do Presidente da Assembleia Municipal.

Disse ter ficado espantado com algumas das questões que tinha acabado de ouvir com a intervenção do Senhor Deputado João Carlos Goes, quando falou em “oportunistas”, que não tinha visto uma “reação imediata do Partido Socialista”. Mas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha acabado de dar a palavra e o Senhor Deputado Municipal João Carlos, inscreveu-se primeiro, há que ter um bocadinho de tento naquilo que se diz.

Disse também ter ficado surpreendido quando através de uma intervenção ponderada e bem escrita bem pensada, parece que já sabia os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, porque leu aquilo que tinha sido dito pelo Dr. Caldas em conjunto com os esclarecimentos do Presidente da Câmara, portanto todos ficaram esclarecidos, mas já tinha escrito é uma capacidade bestial.

Referiu que o “famigerado” PIDAC, termo utilizado pela bancada da CDU, são 23% das receitas de 2010, da Câmara Municipal e são fundamentalmente destinados à obra da Escola que é apregoada como sendo da Câmara Municipal, mas é uma obra da administração central.

Classificou a Sessão da Assembleia Municipal como um fórum político por excelência, desde que se saibam respeitar sem cair nas ofensas pessoais, mas mantendo e explicando as divergências políticas, cada um tem aqui o seu estilo e a sua forma de apresentar ali as questões.

Agradeceu ao Dr. Caldas pelo trabalho que teve, pela apresentação que fez, mas como se está no fórum político é evidente que as questões técnicas estão correctas, a questão é política.

Pediu que as respostas às suas questões, fossem em termos políticos, porque é de estratégia política para o concelho que se estava a falar para 2010/ 2013. A questão é a estratégia política delineada nas GOPS e no orçamento apresentado que contribui para a coesão social, territorial para o



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

desenvolvimento económico, ou podia ter ido mais além, ou não chega, essa é que é a grande questão.

Passou a perguntar algumas rubricas e além de dizer obviamente no meio da intervenção outras coisas.

Referiu em primeiro lugar as fontes de financiamento, que estão certas, mas dentro das fontes de financiamento, o sempre “maltratado” Governo Central que contribui com cerca de 70%, para que a Câmara Municipal possa dizer que faz isto ou aquilo. Não está mal, pois oxalá que fosse mais. Não era isso que estava em causa. O que está são receitas que são além das próprias receitas da capacidade de endividamento e do recurso à banca que vêm da administração Central, do governo que aqui é “maltratado”, não estando ali a defender o governo. Tem é que se explicar e dizer as coisas.

Nalgumas matérias opinou que em termos das opções de estratégia delineada que se podia ter ido mais além.

Primeiro não há sustentabilidade como se sabe, sem um ambiente saudável para o concelho e para as populações. Tirando a ETAR de Selmes que mesmo em termos de plurianualidade as duas bacias se vem aqui os números inscritos, que se vê que aqui à obra, as ETARS das outras aldeias que estão aqui inscritas são por vergonha, porque não é para executar com dois mil euros por ano. A pecha ambiental continua.

Relativamente às acessibilidades estruturais para o desenvolvimento da região com o IP2 e IP8, disse que também há acessibilidades que reforçam, a coesão territorial, mesmo ao nível municipal ou intermunicipais. Disse discordar quando se releva e da forma como foi relevada o potencial investimento de Pedrógão do Alentejo – Beja. Considera que isola a sede do concelho que é um projecto que sua óptica, favorece Moura e Beja, do tempo do Francisco Santos. Em termos de Município de Vidigueira tem alguns benefícios para a população de Pedrógão e Selmes, mas para a coesão territorial do concelho, e porque a alavancagem do desenvolvimento tem que ser na Vila e não nas aldeias, Vidigueira fica isolada, faz com que Moura não tenha que vir a Vidigueira, faz com que toda agente vá direito a Beja.

Quanto à proposta de orçamento apresentou alguns esclarecimentos tais como:

- a receita é muito estática, pode-se mexer, se houver mais desenvolvimento poder-se-á ter receitas próprias maiores, mas é as transferências do orçamento de estado, mas há uma coisa que se poderá fazer e que isso é sinónimo de boa gestão, e é o que se diz nos outros fóruns, em termos de orçamento de estado, é controlo da despesa e a actuação sobre a despesa, não lhe parece aqui de



## MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maneira nenhuma em momentos de crise estar correcta, a actuação sobre a despesa, porque é sobre a despesa que a maior parte das rubricas nomeadamente correntes que o executivo tem poder para poder cortar onde achar que é supérfluo. E essa matéria é indicadora de uma boa gestão ou menos boa.

Reportando-se à rubrica dentro da aquisição de bens e serviços, que em gasóleo estão 110 mil euros, considerou que para a dimensão do território do município de Vidigueira parece-lhe muito. Encargos das instalações (são as luzes os aquecedores) quase 200 mil euros. Não haverá aqui gastos ou pouco rigor no apagar da luz quando se vai almoçar, é muito dinheiro. Para além do gasóleo 110 mil euros há mais 105 mil com transportes, disse que gostaria de saber melhor o que aquilo queria dizer.

Continuando na sua intervenção o Senhor Deputado referiu que se fala tanto ao apoio aos empresários e depois aparece um orçamento com parque de feiras e exposições com 5 mil euros inscritos, ou seja não há nem vai haver parque de feiras. Há muito apoio, mas depois quando chega ao concreto e o concreto é inscrever as rubricas para fazer, e não é com 5 mil euros que se faz parques para feiras e exposições muito menos 5 mil para fazer parques empresariais.

Dentro dos investimentos que se vai fazer, nomeadamente em estradas e viadutos a grande fatia vai ser a tal estrada Pedrógão – Selmes – Beja- Baleizão, que pouco irá servir a Vidigueira, segundo a sua opinião.

Disse ter deixado ali, na sua óptica as questões principais para um pedido de esclarecimento político da estratégia que está por trás daquilo que foi apresentado.

Disse congratular-se e todos os socialistas a exemplo de todos os Vidigueirenses com o facto da notícia de haver financiamento para a construção do Lar da Misericórdia de Vila de Frades através do programa PARES um programa do governo central e verbas do governo central.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Municipal Maria Manuel e disse que não iria discutir a questão dos comícios, mas que iria esclarecer duas coisas:

- 1º. O estado não é o governo central, o estado é de todos e o orçamento de estado é de todos, o orçamento de estado serve para financiar a coesão nacional e é por isso que o dinheiro que vem do estado, vem para todos os municípios, porque é para a coesão nacional.

Espera que não haja depois tentativas de redução de receitas próprias do município, porque as receitas próprias do município, são por exemplo o IMI e, na reunião do executivo, o PS sugeriu uma redução de IMI. Tendo menos receitas próprias depende-se mais do estado, do estado e não do



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

governo central. Rectificou que FEDER não é dinheiro do governo central, são Fundos Estruturais da União.

- 2º. Relativamente ao famigerado PIDAC, realmente há verbas este ano colocadas no PIDAC, porque se avançou com uma escola, mas quem avançou foi a autarquia e não o estado, o governo veio atrás, a reboque de uma posição tomada pela autarquia.

Pediu a palavra o Senhor Deputado João Carlos que começou por pedir desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por não se ter dirigido à mesa da Assembleia, foi um erro da sua parte e não voltará a acontecer.

Disse que iria clarificar uma situação apontada pelo Senhor Deputado Filipe Palma. Quando recebeu os documentos pediu alguns esclarecimentos, como era obvio, à Câmara Municipal, o que também poderia ter feito o Senhor Deputado, teria recebido a informação e assim não teria dúvidas onde é que se gastava o gasóleo. É, um direito que o assiste, pedir a informação como membro da Assembleia Municipal e qualquer um o poderá fazer.

O Senhor Deputado Municipal disse que há cerca de um ano, ou dois, apresentou e está disponibilizado na página da internet da Assembleia Municipal uma moção relativamente ao PIDAC. O PIDAC aprovado é de grande envergadura para a escola, mas o Município de Vidigueira deveria ter direito ao da Escola, Biblioteca, Misericórdias de Vila de Frades e da Vidigueira, para se ter o mesmo grau de equivalência.

Terminou referindo que em 33 ou 34 anos, tinha sido o primeiro PIDAC com esta envergadura.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António Batuca e solicitou um esclarecimento não político sobre uma ou duas rubricas. Referindo-se à verba de 300 mil euros, repartida 100 mil em 2010 e 200 mil em 2011, para o parque nómada, perguntou que parque era aquele. A outra rubrica que é a via pedonal de Vila de Frades que são 50 mil euros, dividido por 4 anos, perguntou qual é a via pedonal. Pois a que conhece já está realizada.

Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara e respondendo ao Senhor Deputado José António Batuca, informou que as verbas inscritas na rubrica do parque nómada referem-se ao projecto de realojamento da comunidade cigana. Que será transferida do sitio onde actualmente habita, para os terrenos que a Câmara Municipal tinha comprado, junto ao posto da Protecção Civil, perto também do Cemitério de Vidigueira. A via pedonal de Vila de Frades será do lado oposto da



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

rua, porque se entende que as entradas da Vidigueira devem ser valorizadas. E vai ser desenvolvido um parque de merendas que já começou a ser construído, com a arborização. Também se poderá fazer uma intervenção que valorize aquele barranco junto ao acesso à ponte. Foi feita uma intervenção na parte inferior da ponte, que durante muitos anos não sofreu qualquer obra e que já estava com alguns problemas estruturais. Há que valorizar aquela zona da ribeira e depois todo o passeio do outro lado da rua até à piscina.

Respondendo às questões do Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse que a sua intervenção tinha começado com um lacónico “que podia ter ido mais além “. Depois de ter ouvido a intervenção ficou na dúvida “onde é que iríamos mais além, que verdadeiro significado tem aquelas palavras de ir mais além”. Ao analisar a intervenção há uma indicação clara que se deveria ter controle da despesa, há algumas rubricas que no entendimento do Senhor Deputado poderá haver um gasto excessivo e supérfluo, naturalmente que o executivo está aberto a sugestões. Como é que se poderá fazer este controle de despesa. O executivo ousa avançar já com algumas propostas para redução desta despesa corrente, para que, segundo a óptica da bancada do PS, se possa ter as contas mais equilibradas. Assim o valor previsto para o gasóleo, que o Senhor Deputado Filipe Palma considera excessivo, a partir de agora se deixe de arranjar os caminhos agrícolas. E, naturalmente que os agricultores do PS ficarão satisfeitos com tal decisão.

No que se refere aos 200 mil euros da energia o Senhor Presidente da Câmara disse que ousaria apresentar outra proposta, que as piscinas municipais fossem encerradas durante o Inverno e assim poupar-se-ia imenso em termos de energia. Com os gastos previstos nos transportes que está em ligação à rubrica do gasóleo, apresentou outra proposta, em que os 105 mil euros são para suportar o passe dos alunos que vão estudar para Beja, irão ficar suspensos, e as famílias em vez de pagarem os meros 20 ou 25 euros pelo passe, passarão a pagar o 75 ou 100 euros que é quanto custa o passe.

Seguir-se-ia outra proposta, mas que o Senhor Presidente da Câmara disse que não se atreveria a fazer. Há municípios bem perto de Vidigueira que já começaram a fazer, que é o de despedir pessoal com a não renovação de contratos a prazo e o não acesso de funcionários, que estão com contratos a prazo poderem entrar nas carreiras, com contrato de trabalho a tempo indeterminado.

Reportando-se ao projecto, que considera fundamental, não por ter sido da Câmara do Francisco Santos, e pouco importa que os beneficiários sejam Moura ou Beja, no projecto da estrada que liga Pedrógão - Beja - Selmes -Baleizão. Disse que não partilhava da mesma opinião, mas que continuava a acreditar e porque sempre se apostou nos investimentos para que todas as freguesias crescessem a ritmos similares. Não subscreve de forma alguma, que a alavancagem se deva centrar somente na



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

sede do concelho, porque se alguma freguesia tiver o potencial para ser ela a alavancagem da economia do concelho, será essa freguesia a comandar o desenvolvimento económico do concelho. Cada uma que se assuma com as oportunidades no momento e que se tenha a capacidade de não perder essa oportunidade. Disse que a nova estrada trará desenvolvimento a Pedrógão do Alentejo porque passa a ser o ponto de acesso a todo o complexo de Alqueva, colocando mais próximo o aeroporto do ponto da água a partir da construção desta estrada.

Continuando na sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara e referindo-se à “pecha ambiental” apontada pelo Senhor Deputado Filipe Palma disse que antes de se falar em determinadas matérias, há a obrigação de se conhecer o concelho e, se não havia essa obrigação antes do período eleitoral, agora com as responsabilidades que tem um Senhor Deputado tem obrigação de conhecer o concelho. E os valores residuais que estão no orçamento para Alcaria, Pedrógão e Marmelar é porque as ETARS já estão construídas há um ou dois anos. São valores residuais para simples manutenção.

No que se refere às fontes de financiamento, o Senhor Presidente da Câmara, ao contrário do que disse o Senhor Deputado Filipe Palma que as fontes de financiamento do orçamento vinham do estado e são 70%, defende que as fontes de financiamento são 100% do Estado, porque considera que a Câmara é do estado e, a forma do Estado, seja Governo Central ou seja Autarquia de se financiarem é exactamente igual em todo o lado é através dos impostos que todos pagam.

O Município teve a coragem de avançar com as obras da Escola e colocar os factos consumados perante quem do poder central decide e que aproveitando a oportunidade para garantir uma maior taxa de execução em termos do plano anti crise lançado pelo governo, este veio aprovar à pressa e inserir estas verbas no PIDAC, porque os autos de medição que a Câmara da Vidigueira apresenta já vem contribuir para uma melhor taxa de execução.

Referiu que o Senhor Primeiro Ministro José Sócrates tinha vindo à cidade de Beja e Évora, visitar os parques escolares que estavam a ser construídos e não entrou em Vidigueira para ver a obra da escola. Relatou aquele facto ao Senhor Director Regional de Educação aquando da sua visita à Vidigueira, que o concelho da Vidigueira estava desencantado com o Senhor Primeiro Ministro. O poder central não sabia sequer que a obra já tinha começado, e que ficaram bastante surpreendidos, por verem a obra. Deram os parabéns ao município de Vidigueira por ter avançado e ter arriscado com uma obra daquela envergadura sem ter a certeza que havia verbas do PIDAC.

Relativamente ao proferido pela Senhor Deputado Filipe Palma sobre a verba para o parque empresarial, feiras e exposições, o Senhor Presidente da Câmara disse no início da apresentação



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

política do orçamento, que tinha tido oportunidade de referir que o período de 2009 a 2013 é uma corrida que o município tem de fazer. Pretende-se ter as contas equilibradas, recorrer o mínimo possível ao crédito bancário, daí que o parque empresarial tenha uma dotação para 2011 de 200 mil euros, para 2012 outros 200 mil euros e para 2013, 195 mil euros. Estas verbas inscritas no orçamento, que estão na contratualização, existem fundos garantidos para executar esta obra até 2013, na segunda fase do QREN que é 2010-2013, está acertado com a Associação de Municípios que está a gerir o dinheiro da contratualização. Disse estar perfeitamente identificada a vontade do executivo em fazer crescer e modernizar o parque empresarial e proporcionar aos empresários a possibilidade de aí instalarem os seus negócios. Não apostando seriamente no parque empresarial porque não se sabe qual vai ser a conjuntura económica de 2010, se ela for favorável e se a pressão dos empresários para se instalarem no concelho, obrigarem a repensar a estratégia, concretizar-se-á em 2011 os investimentos no parque empresarial, mesmo que para isso o executivo tenha que recorrer ao crédito bancário, endividando a Câmara. Não haverá qualquer tipo de problema, os empresários não irão perder as oportunidades para poderem criar emprego e seguir nos seus negócios.

Tomou da palavra o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma para clarificar algumas questões.

Disse que não lhe parecia ser politicamente correcto o Senhor Presidente da Câmara usar a demagogia para responder às questões. Esclareceu que o quis dizer foi que aquelas verbas assim a frio, lhe pareciam ser excessivas, que careciam de explicação. Dada a explicação, ficou-se a saber que estão mais que justificadas. O Senhor Presidente da Câmara só tinha que dizer que o valor do gasóleo é porque às máquinas que precisam de ir arranjar os caminhos rurais, e que uma parte é para os passes dos estudantes. Ninguém adivinha, há que perguntar no sítio certo. E, ninguém tinha falado em despedir pessoal, pelo que considerou que o Senhor Presidente da Câmara se tinha “esticado”.

Sobre a alavancagem disse o Senhor Deputado Filipe Palma que não defende que seja só na sede que tem de haver a alavancagem do progresso e do desenvolvimento económico. Mas que não haja dúvidas, porque isso está em qualquer estudo ou manual, que é onde há mais população e massa crítica que se alavanca e ancora o desenvolvimento, daí que a sede tenha mais possibilidades, mas não deixando o resto para trás.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A questão ligada à parte ambiental, com as verbas inscritas que tinham a ver com a manutenção, porque o resto já estava construído, disse que tinha sido um erro seu ter levantado essa questão, ficando o assunto encerrado.

Sobre a corrida dos parques disse o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma que Senhor Presidente da Câmara tem alguma razão no que diz, porque para se ter os projectos no QREN, ao nível da contratualização da Associação de Municípios, tem que ter a rubrica inscrita, nem que seja com uma verba irrisória. Por isso é que o Senhor Presidente da Câmara perante a Assembleia e o público explicou o resto, e 2010 ainda vai ser um ano difícil e se calhar em 2011, 2012 haverá condições para... e se houver condições, ainda bem, porque já está a rubrica inscrita.

E terminou a sua intervenção dizendo que a bancada ali do PS tinha forçado, para que todo aquele público e os Deputados Municipais ficassem devidamente esclarecidos, pois era para isso que ali estavam.

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia e alertou que não estavam ali em nenhum colóquio, estavam num fórum, e que a campanha eleitoral já tinha passado.

Ouviu com toda a atenção e deixou ali um recado para todos os Senhores Deputados Municipais. Disse que a Assembleia Municipal tem regras e tem um regimento, e não irá permitir que se torne num colóquio, e o público terá o seu tempo. Comícios, colóquios sessões de esclarecimento é nos sítios certos, solicita-se uma casa alugada e esclarecesse as pessoas, na Assembleia Municipal é para se discutir coisas concretas.

Interveio a Senhora Deputada Maria Manuel e referiu que a perspectiva apresentada pelo Senhor Deputado Filipe Palma tem sido muito aplicada, é o modelo que levou a que Lisboa concentre hoje perto de 30% da população portuguesa e que o interior do país esteja praticamente desertificado, e com grandes dificuldades de encontrar projectos de desenvolvimento. Investe-se, equipa-se criam-se condições onde já há desenvolvimento e obviamente as zonas com menos população, desertificadas terão cada vez mais dificuldades em atrair investimentos.

Essa não era a perspectiva da bancada da CDU.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara e referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse como economista, sabia concerteza que a maneira mais fácil de controlar a despesa é despedir pessoal.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Sobre as perguntas da obra em S. Pedro, disse ao Senhor Deputado Filipe Palma que a questão que tinha em segundo lugar deveria ter sido colocada em primeiro. E, se o Senhor Deputado queria respostas concisas, então que perguntasse, pois obteria todas as respostas. Porque se a forma de actuar do Senhor Deputado era colocar as considerações e depois as perguntas, naturalmente que lhe responderia com considerações e depois com as respostas, assim passariam a estar todos em sintonia.

Relativamente à defesa do público ficar devidamente esclarecido, o Senhor Presidente da Câmara disse que no Regimento da Assembleia Municipal e na própria ordem de trabalhos, há o tempo destinado ao público. Havendo dúvidas o público tem oportunidade de colocar as questões que muito bem entender ao Presidente da Assembleia Municipal e se o Presidente assim o entender passará a palavra ao Presidente da Câmara e naturalmente que terão a resposta a todas as duvidas que tiverem.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os contributos que deram para a discussão e avaliação deste ponto da Ordem de Trabalhos, que foram importantíssimos, independentemente das suas opiniões políticas. Agradeceu ao Senhor Presidente de Câmara a forma como esclareceu toda a matéria.

Seguidamente, colocou o documento à votação.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, maioria, com treze votos a favor (doze votos da CDU e um PSD) e cinco contra (PS), aprovar as Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2010/2013 e Orçamento para 2010, de acordo com a alínea b) do n.º.2, do art.º.53º., da Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º.5-A/02 de 11 de Janeiro.

A Bancada do PS apresentou uma declaração de voto oral:

“Embora reconheçamos o esforço da Câmara Municipal no sentido de nos esclarecer, continuamos a pensar que este orçamento e as grandes opções do plano não traduzem as expectativas de desenvolvimento estratégico a médio e a longo prazo que o concelho de Vidigueira e os vidigueirenses necessitaram daí o nosso voto contra.”



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de alteração ao quadro de pessoal de 2009 para criação de 8 lugares de Sapadores Florestais.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o documento tinha sido aprovado em reunião de Câmara de 7 de Outubro de 2009 e por lapso, não tinha vindo à Assembleia Municipal, tratando-se portanto de uma ratificação do documento.

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que passou a explicar o assunto.

A necessidade da alteração do mapa de pessoal relativo a 2009, proveio de um acordo que a Câmara Municipal tinha celebrado com a Direcção das Florestas para a criação de um grupo de sapadores florestais. O município tinha-se candidatado, e foi contemplado com a formação deste grupo. Pensou-se que por ser financiado pela direcção de florestas que estes elementos fariam parte do quadro de pessoal do ministério da agricultura, contudo a Câmara recebeu indicações para proceder a um concurso para admissão destes sapadores florestais. Como não estava previsto no mapa de pessoal nenhuma actividade com esta designação, teve que ser criada para dar continuidade aos concursos, que irão ser abertos. Informou que as verbas com despesas com pessoal ainda comportavam este grupo que pode vir a ser admitido, até porque se estava no último mês do ano e os custos com o pessoal se vão reflectir, pela possível admissão destes elementos, será praticamente zero.

Não havendo qualquer intervenção por parte dos Senhores Deputados Municipais passou-se de imediato à votação.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2009 para criação de 8 lugares de Sapadores Florestais.

**Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de Mapa de Pessoal para 2010 – artigo 5º. LVCR.**

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António Bатуca e referiu que numa das Assembleias Municipais do anterior mandato já tinha apresentado algumas duvidas sobre o mapa de pessoal e não tinha ficado devidamente esclarecido.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

No mapa referente ao contrato de trabalho a tempo indeterminado, o número de postos ocupados (132), números de postos a criar 25, eram portanto somados os dois valores ou será os 132 a totalidade, perguntou. Disse ter dúvidas quanto aos lugares ocupados e ao número de postos a criar. A dúvida continuava no mapa de pessoal a tempo determinado. Disse sentir alguma dificuldade na interpretação dos mapas.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e disse que a leitura do mapa de pessoal deve ser feita com o número de postos de trabalho ocupados. O número de posto de trabalho ocupados no primeiro quadro são 132 e o número de postos de trabalhos existentes são 132. A segunda coluna fala de número de postos de trabalho a criar, isto é resultante da nova forma de contratação que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009 que terminou com os quadros de pessoal e apareceram os mapas de pessoal. Obrigou a fazer uma previsão de quantos postos de trabalho seriam criados para o ano seguinte e dotar em termos de orçamento, as verbas para esses postos de trabalho. Nada obriga a cria-los, têm que estar mencionados no mapa de pessoal, os postos que há intenção de criar e é com base nestes postos de trabalho que se a Câmara entender partir para a contratação efectiva dos trabalhadores, poderão se desenvolver os concursos para admissão do pessoal e, quando no fim do concurso aqueles talhadores que vierem a ser admitidos fruto dos lugares que foram criados e que não tem que obrigatoriamente serem iguais ao numero de trabalhadores propostos no mapa de pessoal. Exemplificou com o número de cantoneiros de limpeza, em que está a intenção de criar 15 postos de trabalho para o ano de 2010, mas poder-se-á abrir um concurso em que só sejam admitidos dois trabalhadores, não havendo a obrigatoriedade de admitir os 15. Disse que tinha a ver também com a flexibilidade depois de poder contratar ou não os trabalhadores. E, exemplificou: se câmara quiser contratar um coveiro perante o mapa que está, não se poderá abrir o concurso para a admissão, porque não está mencionado no mapa a intenção para 2010 de contratar um coveiro. Por tal haverá dois caminhos a seguir, ou não se pode efectuar o concurso ou naturalmente que se terá de fazer uma alteração ao mapa e traze-lo novamente à aprovação da Assembleia Municipal. Referiu que as novas regras obrigam a quem não for admitido fica aprovado a partir do momento que fique com uma determinada nota, ficará em bolsa durante 18 meses, se a autarquia precisar de mais trabalhadores irá à bolsa do concurso.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António Bатуca e disse que tinha ficado esclarecido. No anterior mandato, já tinha pedido esclarecimentos sobre o assunto e as explicações que lhe tinham sido dadas, tinha sido o oposto, daquilo que tinha acabo de ouvir.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma e disse que gostaria de apresentar uma declaração, pois votaram a favor este ponto de ordem de trabalhos, depois de prestados os esclarecimentos, sendo uma prova que de maneira nenhuma era a intenção do PS despedir pessoas.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para 2010 – artigo 5º. LVCR.

### **Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre os imóveis respeitantes ao ano de 2009 a liquidar em 2010.**

Interveio o Senhor Deputado Manuel Lula e referiu que a Bancada do PS propunha, dado que se está numa época de crise, para o município não perder receita, podia aproveitar as virtualidades constantes no artigo 121 do IMI em termos de majorar, os prédios devolutos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou o Senhor Deputado Municipal pela sua intervenção, pois todos os Deputados que pela primeira vez fazem parte da Assembleia, devem intervir sempre que a ocasião se proporcione. Disse que aquela proposta tinha sido apresentada pelo Partido Socialista na reunião de Câmara e tinha sido rejeitada. No ano passado tinha-se baixado a taxa e depois o governo veio com um Decreto - Lei para baixar a taxa para 0,4 e 0,7, sem contrapartidas nenhuma financeiras, em termos de apoio financeiro aos municípios. O governo tem sempre a tendência de retirar aos municípios a sua capacidade financeira, retirando-lhe alguns valores. Foi o que fez com aquela lei sem ouvir ninguém contra tudo e contra todos. A Associação Nacional dos Municípios Portugueses tem a visão sobre esta matéria, naturalmente que vai contra aquilo que o poder central tem feito. Disse concordar quando o Senhor Deputado Municipal Manuel Lula refere os prédios devolutos, mas não é só penalizar os prédios que estão degradados. Pois já tinha sido referido em Assembleias anteriores, como também dar um benefício fiscal às pessoas que recuperam os prédios. Os valores ali discutidos são insignificantes. Dos Municípios do PS que tinham aprovado a taxa para o presente ano, a taxa urbana e a taxa urbana do IMI em



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

prédios avaliados, (Ferreira do Alentejo 0,4- 0,7, Mértola o mesmo valor, Ourique 0,4 - 0,6). E, naturalmente não irão beneficiar as pessoas mais necessitadas. Defendeu que na Assembleia Municipal, se deverá aprovar as taxas que foram aprovadas em reunião de Câmara. Deixou a sugestão, para que numa Sessão do próximo ano se faça um estudo concreto sobre esta matéria. O município da Vidigueira não tem derrama, por isso contribui também para que os empresários, tenham mais um meio de desenvolvimento, que outros do concelho do PS não têm.

Usou da palavra o Senhor Presidente a Câmara para dizer que sobre esta matéria se poderá ponderar a majoração dos prédios devolutos, sem dúvida, mas não percebeu esta proposta de balizar o IMI tão por baixo. Não percebeu porque no decorrer da sessão, sempre ouviu ali dizer que se devia consolidar o orçamento pelo lado da despesa, mas as propostas que vem é só pelo lado da receita, só querem mexer na receita e já tinha sido referido que nunca foi cobrada derrama, no concelho. E também lembrou que esta bancada do PS, no anterior mandato, chegou a propor a devolução dos 5% do IRS. Analisado o orçamento em que se referiu constantemente o peso das transferências do estado e o pouco peso que tem as receitas próprias e a propostas que vem é sempre para baixar as receitas próprias da Câmara Municipal, então todos ali estavam enganados, ou estão as pessoas erradas nos sítios errados. Porque o Dr. Vítor Constâncio tinha dito que em 2011, para se equilibrar as contas do estado, há que aumentar impostos. E, não estava a perceber que depois viessem para as Assembleias Municipais defender a baixa dos impostos. Ou será que só as autarquias é que têm de baixar impostos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara. E, o tal governo central pode continuar a gastar, sem qualquer tipo de controlo. É simples basta aumentar os impostos, para depois controlar os défices.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, maioria, com treze votos a favor (doze da CDU e um do PPD/PSD) e cinco abstenções (PS), aprovar a proposta de fixação das taxas de 0,8% para os prédios rústicos, de 0,7% para os prédios urbanos e 0,4% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, respeitantes ao ano de 2009 a liquidar em 2010.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Loteamento na Rua do Selminho em Selmes.**

De acordo com a alínea a) do n.º.2 do art.º.53.º. da Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º.5-A/02, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração do Regulamento do Loteamento na Rua do Selminho em Selmes.

**Ponto 7 - Eleição dos membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo – CIMBAL.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguns dos Senhores Deputados tinham alguma lista para apresentar.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Luís Amado que apresentou a proposta da bancada da CDU para a eleição dos membros da Assembleia municipal na CIMBAL: José Mâncio Rosa Seiro, António Manuel Bacalhau Galvão e Maria Manuel Ramalho Gantes.

Não havendo mais listas foi distribuído o boletim com a lista apresentada, que será denominada por lista A.

Feita a contagem obteve-se o seguinte resultado: doze votos a favor e seis em brancos.

A Assembleia Municipal de Vidigueira elegeu por voto secreto, com doze votos a favor e seis brancos, os Senhores Deputados Municipais José Mâncio Rosa Soeiro, António Manuel Bacalhau Galvão e Maria Manuel Ramalho Gantes, que faziam parte da única lista apresentada (Lista A) para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

**Ponto 8 – Ratificação do nome de Associação de Municípios de fins específicos para a gestão da água.**

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, unanimidade, ratificar o nome de Associação de Municípios de fins específicos – AMGAP – Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo e respectiva escritura de constituição celebrada no dia 25 de Setembro de 2009.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **Ponto 9 – Nomeação de 4 membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.**

O Senhor Presidente da Assembleia informou que já tinha sido feita a nomeação no anterior mandato, sendo o responsável na altura pela proposta, que irá manter. Informou que tinha sido 4 Presidentes de Junta, a fazerem parte da comissão, pois são pessoas mais próximas da população estão em melhores condições para serem eles a fazerem parte da comissão. Perguntou se havia outras propostas.

Não havendo outra proposta o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração votando.

A Assembleia Municipal de Vidigueira por unanimidade, nomeou os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Vidigueira – Carlos Jorge Bastos Franganito, Vila de Frades – Luís José Roque Amado, Selmes - António João Pedras D’Aguilar e Pedrógão do Alentejo – Maria Peregrina Canhoto Paixão, para fazerem parte da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.

### **Ponto 10 – Apreciação e votação das minutas das deliberações.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do ponto 5, do artº. 34 do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação as minutas das deliberações tomadas nesta Sessão.

### **Período de antes da ordem do dia**

**Ponto 1** - Dar poderes à Mesa da Assembleia Municipal para manifestar a sua preocupação pelo desenvolvimento da construção do IP2 e IP8

### **Período da ordem do dia**

**Ponto 2** - Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (GOP’S) 2010/2013 e Orçamento para 2010.

**Ponto 3** – Apreciação e votação da proposta de alteração ao quadro de pessoal de 2009 para criação de 8 lugares de Sapadores Florestais.

**Ponto 4** – Apreciação e votação da proposta de Mapa de Pessoal para 2010 – artigo 5º. LVCR.

**Ponto 5** – Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre os imóveis respeitantes ao ano de 2009 a liquidar em 2010.

**Ponto 6** – Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Loteamento na Rua do Selminho em Selmes.

**Ponto 7** - Eleição dos membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo – CIMBAL.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ponto 8 – Ratificação do nome de Associação de Municípios de fins específicos para a gestão da água.

Ponto 9 – Nomeação de 4 membros da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.

Não havendo objecções, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou as deliberações em minuta, para que estas pudessem produzir efeito.

#### **Intervenção ao público.**

Encerrada a ordem de trabalhos e, havendo público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Munícipes.

Pediu a palavra o Sr. José Maria Aniceto, disse que iria intervir na qualidade de munícipe e como membro dos órgãos da Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo.

Começou por dizer que tinha ouvido uma declaração do Senhor Presidente da Câmara que a seu ver era descabida do contexto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e pediu que fossem colocadas as questões à Mesa da Assembleia e não questionar os Deputados Municipais, porque estes são soberanos pois estes tomam aqui as suas decisões, intervêm da forma como entenderem. Porque a Assembleia Municipal tem regras, o público tem regras, seja para quem for não iria abdicar delas.

Mais disse que o espaço reservado ao público é para fazer uma introdução à matéria e colocar questões, e se era naquele sentido que o Sr. José Maria iria intervir, então que o fizesse, se era no sentido de pedir outros esclarecimentos então que fizesse por escrito, ao Presidente da Assembleia Municipal, que fará chegar ao Senhor Presidente da Câmara, para os devidos esclarecimentos.

Retomou a palavra o Sr. José Maria e disse que iria fazer uma introdução sobre aquilo que tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara à cerca do apoio que a Câmara tinha dado à Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo, considerando que estava no sitio certo, para esclarecer o assunto.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Segundo o que tinha entendido das palavras do Senhor Presidente da Câmara, é que a Câmara tinha atribuído um subsídio de 30 mil contos, nos finais de 2005 à Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo, para a construção do centro de dia e da creche. Explicou que a obra tinha sido colocada a concurso, adjudicada, mas que infelizmente o empreiteiro tinha abandonado a obra e a Associação moveu-lhe um processo e aguarda pela resposta.

Interrompeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse com o devido respeito, pois não queria ser indelicado, que há lugares próprios para esclarecer esta questão entre a Associação e a Câmara, e o publico que está presente nas Sessões da Assembleia é para colocar directamente questões à Câmara.

Retomou a palavra o Sr. José Maria e disse que tinha sido proferido ali na Sessão, que não se sabe onde está o dinheiro e segundo ele esta questão tinha de ser esclarecida, pelo que explicou que a verba que tinha sido dada pela Câmara para as obras está na Caixa Agrícola. E, que está a decorrer um projecto que tinha sido alterado para construção de um lar, porque não há hipótese de outra coisa aguardando-se pelo parecer.

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia e pediu ao Sr. José Maria que concluísse e que colocasse as questões à Câmara.

Prosseguiu na sua intervenção o Sr. José Maria e disse que se porventura o projecto do Lar não se concretizar, a Associação concerteza que vai restituir o dinheiro à Câmara.

As pessoas deste concelho tem que ficar a saber, que ninguém meteu o dinheiro ao bolso, concluiu o Senhor José Maria Aniceto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que já tinha tido oportunidade de referir várias vezes, que estavam ali para esclarecer as coisas.

Explicou que o que tinha sido aprovado na Câmara, e disse estar à vontade para falar nisto, porque tinha sido aprovado por si, e a partir do momento em que está a desempenhar este cargo, terá a obrigação de assumir os compromissos que a entidade Câmara Municipal assumiu, com toda a legitimidade, foi que a Câmara Municipal comparticiparia com uma verba não financiada pela



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

segurança social, com base nos elementos fornecidos pela Associação e que rondaria pouco mais de 8 ou 9 mil contos. No dia 22 de Outubro o então Presidente da Direcção chegou à Câmara a pedir o adiantamento para poder satisfazer os compromissos que a Associação tinha para com o empreiteiro. Teria de ser pago 25% do total da obra, entretanto a candidatura que foi para a segurança social foi cortada e quando a Câmara se apercebeu tinha qualquer coisa para pagar como 50 ou 60 mil contos, pela mera frase na deliberação de dizer que a câmara em vez de financiar os 10% dos capitais próprios que a Associação tinha de suportar, escreveu que suportaria a parte não financiada pela segurança social. Há um subsídio para construir uma creche e um centro de noite. Mas onde está a creche e o centro de noite, questionou o Senhor Presidente da Câmara. Quatro anos depois fala-se na hipótese de se fazer um lar e então não se devolve o dinheiro. Disse parecer-lhe que estavam a brincar, porque o que está na deliberação de Câmara é apoiar a construção de uma creche e de um centro de noite, e não é pagar projectos. Pressupõe-se que os projectos, que foram candidatados à segurança social estavam pagos.

Quanto à restante importância o Senhor Presidente da Câmara disse que não fazia a mínima ideia se estava na Caixa Agrícola ou noutra dependência. E, o que era certo é que há uma deliberação de Câmara a dizer claramente que tinham ali 137 mil euros como adiantamento, para dar início à obra. A obra infelizmente não se realizou, accionaram as garantias bancárias e receberam o dinheiro excluindo o IVA. E, se estivessem de forma honesta neste processo, porque mais que uma vez ia a correspondência trocada sobre isto, a Câmara se pronunciou sobre a forma correcta de tratar deste dinheiro público que foi para a Associação. O dinheiro seria devolvido e quando fosse apresentado o novo projecto devidamente aprovado pela segurança social, a Câmara estaria pronta para voltar a apoiar. Deixou a seguinte questão no ar “uma Associação que recebe 137 mil euros duma entidade publica e que não tem confiança nessa entidade publica, para lhe devolver o dinheiro, depois de ter sido assumido publicamente por escrito e deliberado em reunião de Câmara que se voltassem a apresenta um projecto aprovado pela segurança social, a Câmara voltaria a participar, pode-se entender quem é que está de má fé, aqui neste processo todo.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Filipe Palma disse que não pode ficar em claro, mas que o Senhor Presidente da Câmara tinha falado para si, “os 130 mil euros que andam perdidos sabe-se lá por onde”, pelo que pediu para ir à gravação, pois estará gravado. Até tinha escrito a frase proferida pelo Senhor Presidente da Câmara.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Câmara disse que não sabia, assim como o Senhor Deputado, também não.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio e disse que ali tinha de haver algumas regras de jogo. Pediu que esclarecessem esta matéria no sitio certo. A parte da intervenção do público era para colocarem questões à Câmara Municipal e não para intervenções. O Senhor José Maria coloca questões concretas à Mesa da Assembleia e se o Senhor Presidente da Câmara quiser responder, terá a resposta por escrito em casa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos , desejou um bom Natal e um bom ano de 2010.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, pela uma hora, da qual se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

E eu, Rita da Glória Folharascas do Alpendre Marques, Assistente Técnica, para o efeito designada, a redigi e subscrevo.